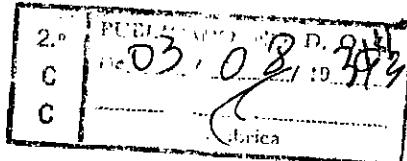




MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES



Processo no 10.860-001.525/91-33

Sessão de : 15 de dezembro de 1992 ACORDÃO N° 203-0.086

Recurso no: 89.772

Recorrente: HENRIQUE PIMENTEL CAMARGO.

Recorrida : DRF EM TAUBATE - SP

ITR - Pedido de suspensão do curso do processo, no aguardo do parecer do INCRA. Incompetência do 2º Conselho de Contribuintes. Não se conhece do recurso.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por HENRIQUE PIMENTEL CAMARGO.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não se conhecer do recurso, por falta de objeto.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1992.

RODALVO VITAL GONZAGA SANTOS - Presidente

SEBASTIÃO BORGES TAVARES - Relator

DALTON MIRANDA - Procurador-Representante
da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 26 MAR 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, SERGIO AFANASIEFF, CRISTINALICE MENDONÇA SOUZA DE OLIVEIRA (Suplente) e TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS.

cf/fclb/cf/opr



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

315

Processo no 10.860-001.525/91-33

Recurso N°: 89.772

Acórdão N°: 203-0.086

Recorrente: HENRIQUE PIMENTEL CAMARGO.

R E L A T O R I O

O Contribuinte acima identificado, foi notificado (fls. 01), a pagar o Imposto Territorial Rural - ITR/91 e demais tributos, no valor de Cr\$ 238.433,05, referente ao imóvel denominado Fazenda Visconde de Ariró - Tocantins, de sua propriedade, localizado no município de Ponte Alta do Tocantins - Tocantins.

O Interessado impugnou o feito às fls. 01, alegando que o imóvel é área de preservação ecológica estabelecida pelo Governo do Estado de Tocantins. Anexou arraiozado de fls. 02 e documentos de fls. 03/13.

A Autoridade Julgadora de Primeira Instância (fls. 16/18), assim ementou sua decisão:

"I.T.R. - EXERCICIO DE 1991

A isenção concedida sobre as áreas de preservação permanente onde existam florestas formadas ou em formação e áreas reflorestadas com essências nativas será deferida a partir do exercício seguinte aquele em que sejam comprovadas as condições exigidas.

LANÇAMENTO PROCEDENTE"

Tempestivamente, às fls. 21, o Feticionário requer a suspensão dos efeitos pertinentes à Intimação no 10860/no 26/92, até que o INCRA emita parecer sobre a contenda.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 10.860-001.525/91-33

Acórdão nº 203-00.086

316

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

Não conheço do recurso. Realmente, a peça de fls. 21 é um mero requerimento, no sentido de suspender a Intimação, de fls. 16 ou seja, dos efeitos da Decisão Singular (fls. 16/18), "até que o INCRA dê seu parecer neste caso."

É que este Colegiado não tem competência, para apreciar este tipo de postulação, nem está subordinado àquele noticiado e esperado ato do INCRA.

Por isso, não conheço do recurso.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1992.


SEBASTIÃO BORGES TAQUARY